

Impasse

PMDB veta Tasso e abre crise na sucessão de Funaro

Janio de Freitas

Uma situação de extremos

Ou o PMDB rompe com o governo Sarney ou Sarney se curva inapelavelmente ao PMDB — tal é a alternativa que se apresenta desde ontem à noite, como desfecho do fracassado lance de esperança com que o presidente tentou frustrar a postulação do PMDB sobre a Fazenda, escolhendo para o cargo, sem consulta a Ulysses Guimarães, um membro nominal do partido, mas, na verdade, outro integrante do seu círculo de amizades íntimas.

Com a reação explosiva do comando peemedebista, Sarney recuou da indicação de seu amigo Tasso Jereissati, governador do Ceará, sem, no entanto, alterar a equação. O PMDB só se manterá no governo pela escolha, para a Fazenda, de um dos peemedebistas considerados representantes do partido, o que significará a perda do controle de Sarney sobre a área decisiva para a renovação dos seis anos de mandato. A partir de então, Sarney seria meio-presidente.

No caso de recusa à exigência do PMDB, Sarney perde de imediato a sustentação do partido majoritário no Congresso e na Constituinte. Seria, até o breve encerramento do seu governo, apenas meio-presidente, sem a menor possibilidade de conduzir o governo.

Política é dinâmica e, antes do avião a jato, já tinha a velocidade do som. Pode surgir, de repente, uma forma de compromisso que projete nova hipótese. Mas é improvável, e muito. Afinal, Ulysses e sua corrente só aceitaram a exclusão de Funaro com a garantia de que a Fazenda ficaria com um representante do PMDB reconhecido pelo partido como tal. É uma terceira hipótese vislumbrável só poder ser a de um nome neutro, que representaria a derrota de Ulysses e seus correligionários.

A saída

Embora já se tenha até publicado que jornalistas sabiam, desde sábado, da entrega de uma carta de demissão de Funaro na sexta-feira, de minha parte não soube desta carta então, nem tenho, até agora, confirmação de sua existência.

Há pouco mais de uma semana, Sarney fez saber a Ulysses que o desgaste de Funaro reproduzia-se em seu próprio presidente. Considerava necessário e possível o entendimento para escolha do substituto, de modo a não desgastar Ulysses por seu apoio

a Funaro, mas a substituição lhe parecia indispensável.

Por seu lado, em seguida a esta conversa Ulysses procedeu a uma alteração, logo denotada pelo noticiário em suas entrevistas: já não é a permanência de Funaro que o (seu) PMDB pretende, mas a aplicação da política econômica proposta pelo partido, o que significava a designação de um peemedebista para a Fazenda.

Em conversas com Ulysses na quinta e, de modo mais enfático, na sexta-feira, Sarney informa-o de que a substituição precisava ocorrer logo. O presidente não desejava que Funaro fizesse no Congresso a palestra marcada para ontem, porque isto constituiria novo embaraço para afastá-lo pouco depois, e ainda mais se Funaro saísse engrandecido pelos aplausos peemedebistas — manobra de que Ulysses foi considerado capaz.

Na sexta-feira em que Funaro teria entregue a tal carta de demissão ao general Ivan de Souza Mendes, do SNI, entrega certa que fez foi, a Ulysses, do texto que pretendia ler ontem no Congresso, definindo seus planos e projeções para a economia. E esta entrega ocorrida é inconciliável com a outra. Sem contar o despropósito de encaminhar o pedido de demissão ao ministro do SNI e não ao presidente.

Que seja de meu conhecimento, a vaga notícia que correu no sábado, dando conta da demissão de Funaro, teve toda a característica de preparação, pelo Planalto, de um episódio que viria a ocorrer e cujos sinais convivia trocar desde logo, passando-o de pedido de cargo a pedido de demissão. Na manhã deste sábado, Ulysses foi chamado a conversar outra vez com o presidente e, embora já tivesse advertido Funaro da precariedade de sua situação, depois desse encontro é que teria telefonado ao então ministro para comunicar-lhe que não havia mais o que negociar: da parte de Funaro, restava aguardar a convocação do presidente. A qual teria chegado pelo telefonema do general Ivan, que, pela versão oficial, transmitiu a recusa da demissão e suscitou o apelo de Funaro para que Sarney a aceitasse de uma vez.

Em São Paulo, Funaro disse que seu encontro com Sarney seria na manhã de ontem. Ao descer em Brasília, foi direto para o Alvorada. Onde ouviu as razões de Sarney e depois delas, se houve carta, entregou-a por fim.

Estourou ontem a mais grave crise da chamada "Nova República": o presidente José Sarney foi obrigado a recuar do convite que fizera a Tasso Jereissati, empresário e governador do Ceará, pelo PMDB, para ocupar o Ministério da Fazenda, porque o PMDB rebelou-se abertamente pelo fato de não ter sido consultado a respeito do nome do substituto de Dilson Funaro.

O convite a Tasso fora feito na manhã que o governador compartilhava com Sarney no Palácio da Alvorada (veja reportagem na pág. A-8). Vazou para o PMDB apenas por volta da hora do almoço e provocou a primeira reação irada de Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido: "Não acredito que o Sarney faça uma coisa dessas sem me consultar", disse Ulysses ao deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara. Sarney encontra-se hoje às 7h30 com Ulysses para discutir o nome do sucessor de Funaro.

Horas depois, às 16h30, quando a nomeação de Tasso já era dada como oficial, Ulysses demonstrou a sua irritação de público. Cercado pelos repórteres quando saía do Congresso para uma reunião de cúpula do PMDB em sua casa, afirmou, sobre a eventual nomeação de Tasso: " Perguntem ao cidadão José Sarney". E emendou: "A responsabilidade é dele".

Ficou claro que a reação não era quanto ao nome em si. "Não vi a cogitação do nome dele nos debates sobre a reforma ministerial no PMDB, mas, se for indicado, terá o meu apoio", chegou a dizer o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte.

Supresa

A reação era contra o fato de o partido ter sido surpreendido por uma escolha pessoal do presidente, sem aviso prévio ao PMDB. "Fui surpreendido, todos fomos surpreendidos", reconheceu Luiz Henrique. Mais: pelas contas do líder peemedebista, até a noite de domingo "havia 90% de certeza de que Raphael de Almeida Magalhães (ministro da Previdência Social) seria indicado ministro da Fazenda e José Richa, chefe do Gabinete Civil".

O nome de Raphael de Almeida Magalhães compunha a lista dos indicados pelo PMDB para substituir Funaro, completada por Celso Furtado, ministro da Cultura, José Serra, deputado federal, e Luiz Carlos Bresser Pereira, secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo.

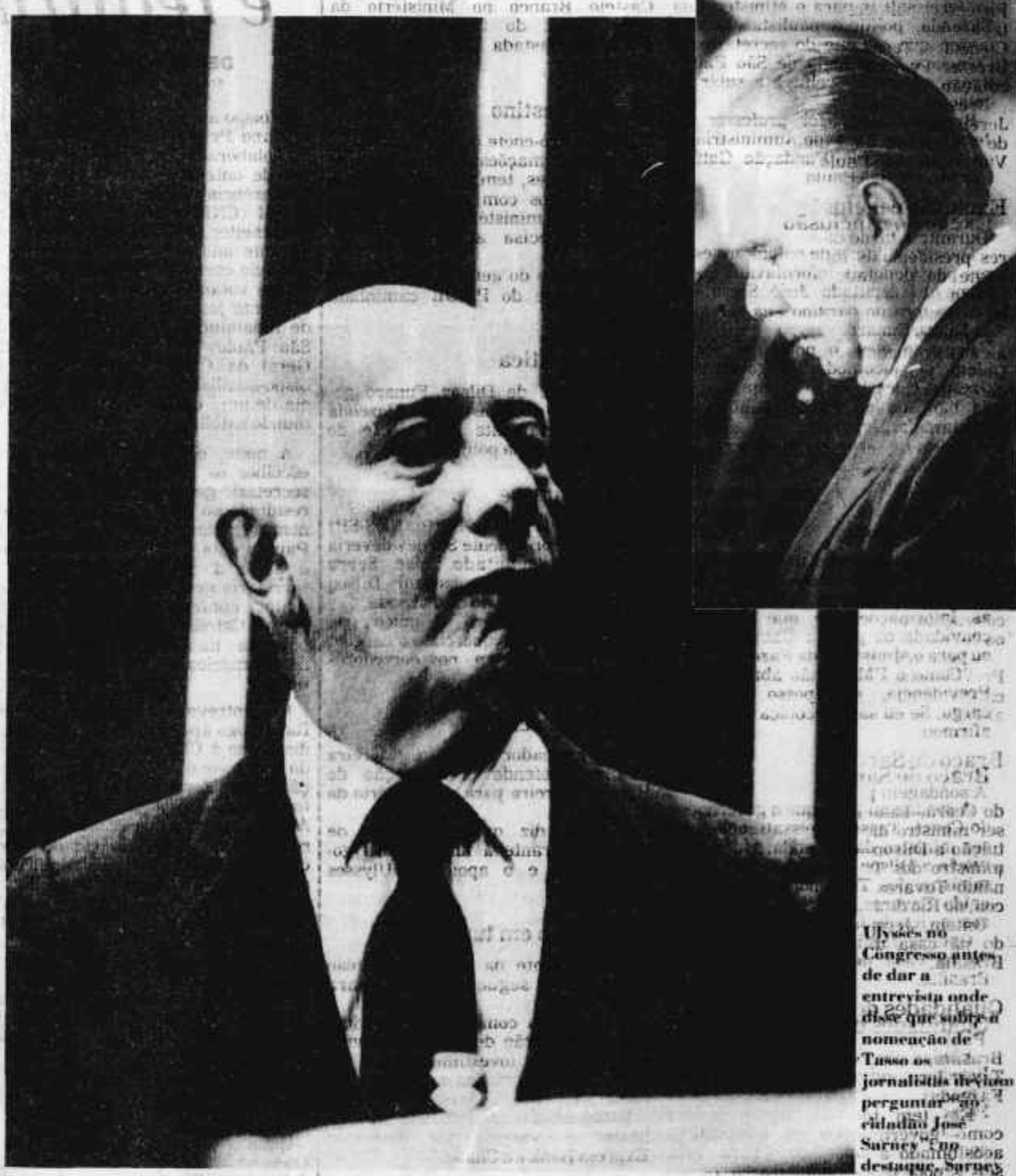
Desde o início, entretanto, o presidente relutava em aceitar algum desses nomes, por entender que, em torno de cada um deles, havia arestas que não estavam devidamente aparadas, conforme a Folha apurou no Palácio do Planalto. Por isso, o presidente buscou uma fórmula intermediária: um empresário que fosse ao mesmo tempo membro do PMDB, como é o caso de Tasso Jereissati.

A surpresa da escolha confundiu o PMDB: "Eu tinha todo o quadro na mão, mas, com o surgimento do nome do Jereissati, todo o quadro de derreter. Estou em branco", admitiu o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que participou de articulações em torno da reforma ministerial.

Reação

Da confusão à reação, foi um passo: Ulysses conversou pelo telefone com Sarney por duas vezes e, em seguida, convocou uma reunião para a sua casa com a cúpula peemedebista. A reação peemedebista atingiu em cheio o Planalto: Sarney disparava telefonemas (só com o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, um dos nomes cotados para o Gabinete Civil, Sarney falou três vezes) e negava o convite a Tasso.

O porta-voz presidencial Frota Neto e alguns parlamentares negaram inutilmente o convite, que já fora exposto aos jornalistas por incontáveis assessores do próprio Palácio, sem contar a palavra do deputado federal Expedito Machado (PMDB-CE), amigo de Tasso e do senador



Desde a posse, o momento mais difícil

ANDRÉ SINGER
Editor de Política

A interpretação mais plausível para a crise que se abriu ontem com a quase indicação de Tasso Jereissati para a Fazenda é a seguinte: o presidente Sarney tentou nomear um sucessor de Funaro à revelia de Ulysses Guimarães, este reagiu de forma explosiva e a nomeação não saiu.

Mauro Benevides, que viajara com Tasso de Fortaleza a Brasília. O Palácio, então, deixou vaziar duas versões "amenizadas" do caso Tasso: uma, a de que não houvera convite, mas apenas uma sondagem e, a outra, de que Tasso, convidado, não aceitara.

Revolta

A crise criada em torno do Ministério da Fazenda consolidou-se de vez a decisão do senador José Richa de recusar o convite para assumir o Gabinete Civil. Richa já dissera, pela manhã, ao presidente que preferia ficar no Congresso constituinte, mas continuou recebendo pressões para aceitar (veja reportagem na pág. A-7). A revolta da cúpula peemedebista com o convite de surpresa a Tasso fez com que Richa fechasse com o partido e desistisse de vez.

Mais: Richa, em uma segunda audiência com Sarney, deixou claro que não tinha restrições a Tasso, mas indicou-lhe, para substituir Funaro, os quatro nomes que a cúpula partidária havia decidido sugerir.

O episódio se constituiu na mais grave crise política enfrentada por Sarney desde a toença e morte de Tancredo Neves. So o presidente da República: titubeia em nomear seus ministros, e está sujeito a vetos praticamente públicos em suas propostas, o governo perde muito de sua força.

Se a manobra de Sarney tivesse obtido sucesso o governo ficaria sob o seu inteiro comando. Tasso Jereissati

é muito ligado a Sarney, enquanto Funaro era enfaticamente apoiado por Ulysses. José Reinaldo Tavares (ministro dos Transportes) convidado junto com Tasso para ocupar a chefia do Gabinete Civil, também é ligado pessoalmente a Sarney. As duas nomeações juntas reduzem muito a sombra de Ulysses que pesa sobre o governo. Com o recuo de Sarney a situação se inverte e o peso político de Ulysses fica maior do que era.

candidateado ao Ministério da Fazenda, mas dizia que havia outros nomes fortes". Citou os quatro da lista do PMDB e mais Marcelo Marques Moreira, embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

As "consultas" a que se referiu Sant'Anna se desenrolavam, entretanto, em um clima envenenado pelo episódio Tasso Jereissati, o mais grave de uma sequência de fatos que ajudaram a configurar a crise do governo Sarney.

Para começar, seja quem for o substituto de Funaro ou o de Maciel já entrará enfraquecido para o governo. Esses nomes ainda desconhecidos saberão, como lá sabe, todo o país, que não eram os preferidos do presidente. No caso da Fazenda, Sarney queria Tasso, quem for finalmente indicado, será apenas um substituto ditado pelas conveniências e não o favorito do presidente. (Folha final: Clóvis Rossi, enviado especial a Brasília)

Leia na pág. A-2 o espírito da Folha em editoriais "O que, para depois"

Em Brasília, especulações dão Murad como demissionário

Da Sucursal de Brasília

Apontado como um dos assessores presidenciais responsáveis pelo movimento de informação e contra-informação sobre reforma ministerial, o genro e secretário particular do presidente Sarney, Jorge Murad, era ontem vítima de uma especulação em Brasília. Dizia-se, no Congresso e dentro do próprio Palácio do Planalto, que Murad pediria, nos próximos dias, demissão do seu cargo. No seu rastro, sairia também sua mulher, Roseana Sarney Murad, filha do presidente e assessora do Gabinete Civil da Presidência da República.

Nas últimas semanas, Murad entrou em rota de colisão com o PMDB. Enquanto a comissão executiva nacional do partido preocupava-se em soltar notas de apoio à gestão do ministro Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda, o secretário de Sarney cuidava de bombardeá-lo, dando como contados os dias do ministro no governo.

Também Roseana Murad foi envolvida nas especulações da reforma ministerial: a filha do presidente teria feito circular nos gabinetes do Planalto, inclusive no do pai, um documento "confidencial" que aponta o cantor e compositor Gilberto Gil, presidente da Fundação Gregório de Matos (que equivale à secretaria municipal de cultura de Salvador), como "embrião promissor de ministro da Cultura", cargo que, no momento, é ocupado por Celso Furtado, intimamente ligado ao deputado Ulysses Guimarães.

São cada vez mais frequentes os comentários feitos no Congresso sobre o estilo de ação de Murad, Roseana, e um terceiro personagem: o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Este último é apontado



Jorge Murad

também como um dos assessores presidenciais que colaboraram para a queda de Funaro.

Segundo a Folha apurou, há na cúpula do PMDB pessoas que acham prejudicial aos interesses do partido a manutenção dos três colaboradores de Sarney. O próprio deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, compartilharia desse ponto de vista. Jorge Murad, Roseana e Saulo estariam tentando desvincular o presidente do PMDB, sob o argumento de que o partido, ao exercer pressões, limita os movimentos de Sarney.

Ontem, Jorge Murad continuava bem no meio das articulações para "fazer" e "derrubar" ministros: o governador do Ceará, Tasso Jereissati, que foi ao Planalto para conversar com Sarney, acabou no seu gabinete. Os dois discutiram a conveniência de Jereissati aceitar o cargo de ministro da Fazenda, para o qual foi convidado, diante das pressões contrárias do PMDB.

Em 62, o precedente com Jango

Do Reportagem Local

Embora nascida dentro de um quadro constitucional diverso do que hoje dispõe o presidente José Sarney — tratava-se da efêmera experiência parlamentarista no Brasil (1961-1963) —, o precedente na recente história republicana de crise gerada pela rejeição partidária a uma indicação do presidente da República ocorreu em fins de junho de 1962, tendo como vítima o presidente João Goulart.

O primeiro-ministro Tancredo Neves renunciara com seu gabinete e o Planalto enviou ao Congresso, para chefiar um novo governo, o nome do até então ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas. Aliado aos setores "progressistas", sobretudo no PTB, e apoiado pelos sindicatos, San Tiago foi vetado

por uma aliança circunstancial entre o situacionista PSD e a oposicionista UDN.

Esses partidos, unidos, acusavam o ex-chanceler de ter dado ao Itamaraty uma orientação esquerdizante, em razão do tratamento das relações diplomáticas com a União Soviética, e por conflitos abertos com os Estados Unidos na Conferência de Punta del Este (leste uruguaio), quando o Brasil se opôs à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos.

A derrota do presidente Goulart foi na época amplamente interpretada como indicio de sua inabilidade e da insuficiência de sua base de sustentação parlamentar, ingredientes que, reunidos, forjaram sua reputação de governante "fraco", pouco habilitado ao exercício do poder. (João Batista Natali)

Planalto continua indefinido sobre o sucessor

Da Sucursal de Brasília

Até as 21h de ontem, permanecia indefinido o nome do futuro ministro da Fazenda. De concreto, estava descartado o "Mr. X" — era assim que os assessores presidenciais se referiam ao preferido de José Sarney, mantido sob sigilo. No caso, o governador do Ceará, Tasso Jereissati. Entre parlamentares e ministros ligados ao presidente do PMDB e ao presidente Sarney, o clima era de dúvida. Segundo apurou a Folha, estava em discussão o surgimento de um "tertius", capaz

de agradar PMDB e Palácio do Planalto.

A escolha, segundo Sarney, não poderia passar de hoje. Sua preocupação é não uma impressão de "vazio de poder". Por isso, pediu na sexta-feira passada que o ministro Dilson Funaro aguardasse antes de anunciar a demissão. Continuam, portanto, cotados Raphael de Almeida Magalhães e Celso Furtado — ambos são apadrinhados do deputado Ulysses Guimarães. Não está descartado o deputado José Serra e continua "em alta" a cotação do secretário

de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Bresser Pereira.

No Palácio do Planalto, José Serra é visto como um técnico competente. Pesam contra ele, porém, "restrições" do governador Orestes Quêrcia e de alguns parlamentares da bancada paulista. Já Bresser tem a simpatia de empresários, do governador e do ex-governador de São Paulo. Circulam dois nomes de empresários paulistas: José Mindlin, da empresa Metal Leve, e Paulo Cunha, do Grupo Ultra.

Não havia sinais de que Sarney acabaria se empolgando pelos dois futuros presidentes. "Esse episódio mostra que o Congresso não vale absolutamente nada no presidencialismo", disse.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique (SC), 47, numa tensa entrevista em seu gabinete, procurou desvincular a eventual indicação de Jereissati de seu partido. "Evidentemente, ele é a cota do presidente da República, e indicação pessoal do presidente", disse. E deixou uma ameaça pairando no ar, quando perguntado sobre as consequências desse fato: "Futuramente, a gente poderá responder a essas indagações". Mais claro, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos líderes do antigo grupo "Pro-Soberania" do partido, disse ontem que a indicação de Jereissati e José Reinaldo Tava-

res, na forma como se processou, "levará ao corte do mandato do presidente".

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, na hora do almoço, não queria acreditar na suposta indicação de Jereissati para o Ministério da Fazenda (aquela hora havia apenas rumores a respeito). Mas concordou com o argumento de um repórter de que essa indicação levaria a redução do mandato do presidente Sarney.

"A sensação geral era de que se confirmadas aquelas escolhas, o ministério assumiria a feição de um grupo de amigos do presidente. "É o ministério da roda de chimarrão", comentou Nelson Jobim. "Seria o suicídio político do presidente", disse o jurista Miguel Reale Júnior, assessor especial de Ulysses.

PMDB pode reagir com redução no mandato

ALEXANDRE POLESI
Enviado especial a Brasília

A notícia da indicação de Tasso Jereissati para o Ministério da Fazenda e de Reinaldo Tavares para o Gabinete Civil explodiu como uma bomba, ontem, no Congresso Nacional, e provocou uma reação imediata dentro do PMDB. Perplexos, os peemedebistas previram que esse processo levará ou à instauração do regime parlamentarista ou à redução para quatro anos de mandato do presidente José Sarney.

O deputado federal Bernardo Cabral (PMDB-AM), 57, disse ontem que, confirmadas aquelas indicações por Sarney, "esse processo desembocará no parlamentarismo". Relator da comissão mais importante do Congresso constituinte, a de Sistema-

tização, Cabral ficou surpreso com os nomes de Jereissati e José Reinaldo Tavares. Primeiro, falou um palavrão, depois conteve-se e disse apenas: "Diz aí que eu achei ótimo", e afastou-se.

Mais contundente, o senador José Fogaça (PMDB-RS) previu que a atual crise "consolidará" a tese de quatro anos de mandato para Sarney (e não seis, como prevê a atual Constituição). Fogaça, que é relator da estratégica subcomissão do Poder Executivo, que tratará do mandato de Sarney, acrescentou: "Cada vez mais fica provado que um governo de transição tem que ter prazo certo e determinado para terminar". Ao mesmo tempo, também disse que a tese parlamentarista sai fortalecida desse episódio, não como solução para o atual governo, mas para o

futuro presidente. "Esse episódio mostra que o Congresso não vale absolutamente nada no presidencialismo", disse.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique (SC), 47, numa tensa entrevista em seu gabinete, procurou desvincular a eventual indicação de Jereissati de seu partido. "Evidentemente, ele é a cota do presidente da República, e indicação pessoal do presidente", disse. E deixou uma ameaça pairando no ar, quando perguntado sobre as consequências desse fato: "Futuramente, a gente poderá responder a essas indagações". Mais claro, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos líderes do antigo grupo "Pro-Soberania" do partido, disse ontem que a indicação de Jereissati e José Reinaldo Tava-